



121
v

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo na Apelação nº 0242439-5 (N.P.U 0009075-21.2009.8.17.0480)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Fernanda Ferreira de Souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: AGRAVO NA APELAÇÃO. DECISÃO TERMINATIVA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA PARA O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A DEFENSOR DATIVO QUE AUTOU EM DUAS SESSÕES DE JULGAMENTO NO JURI. POSSIBILIDADE. VALOR PROPORCIONAL AO FIXADO NA TABELA DA OAB. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

1. É cristalina na legislação a possibilidade de condenação do Estado de Pernambuco ao pagamento de honorários advocatícios quando do exercício do patrono em casos de assistência judiciária, conforme se verifica no artigo 22 parágrafo 1º da Lei 8.906/94.
2. Com relação à participação da Fazenda Pública nos autos do processo em que atuou o advogado dativo, entendo que o Estado se faz presente em todo e qualquer feito criminal, pois é dele a titularidade do *jus puniendi*. Sendo assim, independente da intimação da Procuradoria, o próprio Estado participou da relação jurídica, não cabendo a alegação de que é parte estranha à lide.
3. Verifico que o feito criminal atendeu a todos os requisitos de ampla defesa e contraditório necessários ao regular processamento, culminando com a formação do título executivo extrajudicial, com base no artigo 585, inciso VI do Código de Processo Civil.
4. Além do mais, acrescento que a exequente procedeu corretamente com a formação do processo de execução autônomo, no qual o Estado teve oportunidade de se defender, por meio da interposição de embargos e de revisar tal decisão ao interpor a presente Apelação.
5. Desta forma, considerando a imprescindibilidade do acompanhamento do réu para a realização do ato; seja pelo artigo 261 do Código de Processo Penal, que exige a presença de defensor em todo e qualquer feito criminal; seja pelo Princípio da Economia Processual, que procura evitar ações desnecessárias e inúteis, o juiz nomeou o patrono *ad hoc*.
6. De certo, o magistrado deve atender aos critérios do zelo profissional, o lugar da prestação, natureza e importância da causa, além do trabalho realizado e tempo exigido para o serviço.
7. Logo, os honorários advocatícios devem espelhar a atividade efetivamente desenvolvida pelo advogado e o seu grau de dificuldade, não podendo ser ínfimo a ponto de resultar em aviltamento do exercício da advocacia, nem tampouco, ser estipulado em valores exagerados, o que implicaria em enriquecimento sem causa.



122
a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

8. Consulta realizada à tabela de honorários constante em sítio eletrônico da Ordem dos Advogados de Pernambuco, atualizada em 28/11/2011, indica a verba mínima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para o acompanhamento em audiência de instrução e julgamento nos processos criminais sujeitos ao Júri.
9. *In casu*, entendo que o valor de 05 (cinco) salários mínimos por julgamento, totalizando a execução de R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais) encontra-se razoavelmente fixado, considerando ainda o fato de ser inferior ao estipulado pela OAB.
10. Recurso de Agravo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo na Apelação nº 0242439-5, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, à unanimidade, em **negar provimento** ao presente Recurso, nos termos do Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto



123
v

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo na Apelação nº 0242439-5 (N.P.U 0009075-21.2009.8.17.0480)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Fernanda Ferreira de Souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo na Apelação interposto contra decisão terminativa que negou provimento ao Apelo, mantendo a sentença monocrática que julgou improcedente os embargos ao Estado mantendo a validade do Título Executivo judicial. Condenou o Estado ao pagamento de honorários no valor de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

Em razões de Agravo, o Estado aduz que a decisão merece ser reformada, pois o título judicial foi criado à revelia do Estado de Pernambuco, sendo o valor arbitrado desproporcional ao trabalho realizado (fls.105/114).

Não havendo razão para o exercício do juízo de retratação e, verificada a tempestividade e o preenchimento dos demais requisitos legais, coloco o presente recurso em mesa para que seja devidamente julgado pelo Colegiado, em conformidade com os ditames legais.

É o Relatório.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto



194
OK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo na Apelação nº 0242439-5 (N.P.U 0009075-21.2009.8.17.0480)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Fernanda Ferreira de Souza

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Cuida-se de Agravo contra decisão proferida nos Embargos à Execução, diante do qual se devolve ao Tribunal a análise sobre os seguintes tópicos: 1. Da impossibilidade de condenação em honorários ao Estado de Pernambuco, por não ter sido parte nos processos em que, supostamente, atuou a exequente como defensor dativo; 2. A impossibilidade de representação do Estado nos feitos criminais pelo Ministério Público; 3. Incompetência do Juízo Criminal para a condenação; 4. O *quantum* fixado é desproporcional.

É cristalina na legislação a possibilidade de condenação do Estado de Pernambuco ao pagamento de honorários advocatícios quando do exercício do patrono em casos de assistência judiciária, conforme se observa *ex vi* do artigo 22 parágrafo 1º da Lei 8.906/94:

Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

§ 1º O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado.

Com relação à participação da Fazenda Pública nos autos do processo em que atuou o advogado dativo, entendo que o Estado se faz presente em todo e qualquer feito criminal, pois é dele a titularidade do *jus puniendi*. Sendo assim, independente da intimação da Procuradoria, o próprio Estado participou da relação jurídica, não cabendo a alegação de que é parte estranha à lide.

A jurisprudência pátria se posicionou sobre o tema, asseverando a desnecessidade de intimação formal do Estado nestes casos, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. DEFENSOR DATIVO. SENTENÇA QUE FIXA HONORÁRIOS. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. MODIFICAÇÃO EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO VIOLAÇÃO AO ART. 472 DO CPC.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a sentença proferida em processo-crime transitada em julgado que fixa honorários advocatícios em favor de defensor dativo constitui, nos termos do disposto nos arts. 24 da Lei 8.906/94 e 585, V, do CPC, título executivo líquido, certo e exigível. Logo, impossível revisar, em Embargos à Execução, o valor da verba honorária fixada na sentença transitada em julgado, sob pena de violação à coisa julgada. 2. O STJ entende que não se configura violação do art. 472 do CPC em caso de execução de título judicial que arbitra verba honorária em favor de defensor dativo que atuou no feito cognitivo. Isso porque "a condenação em honorários (para defensor dativo) se deu em sentença penal, na qual o Estado é o autor da ação e, ainda, o responsável pela garantia de que são observados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório ao réu". E também porque "há expressa previsão no art. 22, § 1º, da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB), que assegura que o ente federado deve suportar o pagamento da verba honorária na impossibilidade de prestação de serviço no local por parte da Defensoria Pública" (REsp 893.342/ES, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ de 2.4.07). 3. Agravo Regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1365166 ES 2013/0026642-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 16/04/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/05/2013)

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DEFENSOR DATIVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO JUDICIAL. LEGALIDADE. I - A assistência jurídica gratuita ao réu revel ou pobre é dever do Estado, de forma que, não havendo ou sendo insuficiente a Defensoria Pública local, cabe ao magistrado nomear defensor dativo para o patrocínio da causa. II - O defensor nomeado ad hoc tem direito à fixação de honorários advocatícios, cabendo ao Estado suportar o ônus desse pagamento, conforme estabelecido na sentença. III - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (STJ - REsp: 407052 SP 2002/0002261-8, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 16/06/2005, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 22/08/2005 p. 189)

Este E. Tribunal de Justiça corrobora tal entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO REJEITADA, À UNANIMIDADE DE VOTOS. MÉRITO. ATUAÇÃO COMO DEFENSOR DATIVO. IMPOSSIBILIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA LOCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS NA SENTENÇA PENAL. PAGAMENTO. DEVER DO ESTADO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO SEM DISCREPÂNCIAS. 1. A controvérsia estabelecida nos autos gravita em torno da percepção de honorários advocatícios fixados em sentença criminal em razão da atuação da demandante como Defensora Dativa no Tribunal do Júri na Comarca de Itapissuma, ante a impossibilidade da Defensoria Pública oficiante na localidade. 2. Suscita o recorrente a prescrição da pretensão de cobrança dos honorários advocatícios com base no art. 206, § 1º, III, do Código Civil. Ocorre que às ações de cobrança de dívida contra a Fazenda Pública aplica-se o prazo prescricional quinquenal estabelecido no art. 1º do Decreto federal nº 20.910/32, norma especial em função das que regulam o instituto da prescrição nas relações privadas, como é o caso da regra geral disposta no inciso III, do § 1º, do art. 206, do Código Civil, a qual resta, pois, inaplicável ao caso dos autos. Preliminar rejeita sem discrepâncias. 3. Mérito. Tendo restado comprovado nos autos que a autora efetivamente laborou como Defensora Dativa no Tribunal do Júri da Comarca de Itapissuma em razão da ausência, ainda que justificada, do Defensor Público responsável, faz ela jus aos



126
a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

respectivos honorários advocatícios arbitrados na sentença criminal em conformidade com a tabela da Ordem dos Advogados do Brasil. 4. No que diz respeito à alegação de que a sentença criminal que arbitrou os honorários advocatícios não teria validade como título executivo judicial, mormente em vista de que haveria se aperfeiçoado à revelia do devedor, o Estado de Pernambuco, entendo não assistir razão ao recorrente, haja vista que, em se tratando de processo penal, o Estado é o autor da ação. 5. Recurso de Agravo improvido à unanimidade de votos. (TJ-PE - AGV: 2790607 PE 0014479-33.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 13/09/2012, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 174novo registro por erro no sistema)

APELAÇÃO CRIMINAL. DEFENSOR DATIVO. ARBITRAMENTO JUDICIAL. LEGALIDADE. ILEGITIMIDADE DO ESTADO AFASTADA. RECURSO DESPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. A assistência jurídica gratuita ao réu revel ou pobre é dever do Estado, de forma que, não havendo ou sendo insuficiente a Defensoria Pública local, cabe ao magistrado nomear defensor dativo para o patrocínio da causa. 2. O defensor nomeado dativo, em processos criminais para prestarem serviços de atribuição do Estado, tem direito à fixação de honorários advocatícios, cabendo ao Estado suportar o ônus desse pagamento, conforme estabelecido na sentença. 3. Recurso desprovido a unanimidade. (TJ-PE - ACR: 117205 PE 02000205, Relator: Fausto de Castro Campos, Data de Julgamento: 10/11/2009, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 65)

PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. HONORÁRIOS DE DEFENSOR DATIVO ARBITRADOS NO JUÍZO SINGULAR. POSSIBILIDADE. ART. 22, DA LEI Nº 8.906/94. PROVIMENTO Nº 04/2010 DO CONSELHO DA MAGISTRATURA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. À UNANIMIDADE. 1. A insurgência do Estado subsume-se ao fato de não ter sido citado para integrar a relação processual criminal apontada e mesmo assim ter que arcar com o pagamento dos honorários advocatícios no valor de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), arbitrados por juízo supostamente incompetente em favor de advogado que funcionou como defensor dativo no aludido processo. 2. É cediço que o ônus da assistência judiciária gratuita é do Estado, destarte, nos casos de inexistência ou insuficiência de Defensoria Pública local, impõe-se ao juiz o dever de nomear um defensor dativo para representar a parte necessitada no processo, garantindo, desta forma, o cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. 3. Ressalte-se que, consoante a interpretação conjunta dos arts. 22, § 1º e 24 da Lei nº 8.906/94, a sentença que fixa a verba honorária no processo no qual atuou o defensor dativo faz título executivo judicial certo, líquido e exigível. Precedentes do STJ e do STF: RE-AgR 225651/SP; REsp 875770/ES; REsp 493003/RS; RE 223043/SP e AgRg no REsp 977257/MG. 4. Não é cabível a alegação de que no presente caso estar-se-ia obrigando terceiro estranho à lide, porquanto, como visto, a condenação em honorários advocatícios em prol do defensor dativo se deu em sentença penal, na qual o Estado é o titular da ação (REsp 871543/ES). 5 - Outrossim, de acordo com o Provimento nº 04/2010 do Conselho da Magistratura, que orienta os magistrados acerca da fixação de honorários para o defensor dativo, e a obrigatoriedade de aplicação da tabela de honorários do Conselho Seccional da OAB - PE, de acordo com o art. 22, da Lei nº 8.906/94, verifico que o valor arbitrado na decisão ora recorrida está de acordo com o mínimo estipulado pela Tabela de Honorários da OAB-PE para os processos comum e especial no juízo criminal, em vigor desde a data da publicação da sentença. 6. Recurso de Agravo improvido à unanimidade. (TJ-PE - AGV: 2700632 PE 0007104-78.2012.8.17.0000, Relator: Ricardo de



127
L

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 10/05/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 94)

Verifico que o feito criminal atendeu a todos os requisitos de ampla defesa e contraditório necessários ao regular processamento, culminando com a formação do título executivo extrajudicial, com base no artigo 585, inciso VI do Código de Processo Civil.

Além do mais, acrescento que a exequente procedeu corretamente com a formação do processo de execução autônomo, no qual o Estado teve oportunidade de se defender, por meio da interposição de embargos e de revisar tal decisão ao interpor a presente Apelação.

Atendeu, assim, aos termos do seguinte acórdão proferido por este E. Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CRIMINAL. DEFENSOR DATIVO. SENTENÇA QUE FIXA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA DE FORMA INDISCREPANTEMENTE. 1.A sentença penal que fixa honorários advocatícios em favor de causídico que atuou como defensor dativo constitui título executivo judicial certo, líquido e exigível, a teor do preceituado no art. 24 da Lei nº 8.906/94, ficando a cobrança da referida verba sujeita à instauração do devido processo autônomo de execução no foro competente. 2.No caso em concreto, observo que a verba honorária fixada está sendo cobrada de forma direta, isto é, sem a devida instauração de processo autônomo de execução em face do Estado, haja vista a petição acostada às fls. 18 dos autos, onde o impetrado, em nítido descumprimento ao princípio do devido processo legal, intima o Procurador Geral do Estado para que se dê cumprimento ao determinado na sentença penal indicada, no que diz respeito ao arbitramento dos honorários advocatícios em favor do advogado Dr. Valdir Abrantes de Oliveira (OAB/PE 3787). 3.À unanimidade de votos, concedeu-se a segurança. (TJ-PE - MS: 167463 PE, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 14/01/2010, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 30)

Ao compulsar os autos, observa-se nas sentenças acostadas a imperiosa necessidade de nomeação da advogada para participar da sessão de julgamento do Júri, diante da inexistência de Defensor Público para atuar nas varas criminais da Comarca de Caruaru.

Desta forma, considerando a imprescindibilidade do acompanhamento do réu para a realização do ato; seja pelo artigo 261 do Código de Processo Penal, que exige a presença de defensor em todo e qualquer feito criminal; seja pelo Princípio da Economia Processual, que procura evitar ações desnecessárias e inúteis, o juiz nomeou o patrono *ad hoc*.

Art. 261. Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.



128
AL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Parágrafo único. A defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada

Art.411 (...)

§ 7º Nenhum ato será adiado, salvo quando imprescindível à prova faltante, determinando o juiz à condução coercitiva de quem deva comparecer.

Sendo assim, é presumida a necessidade de defensor dativo quando na Comarca é inexistente ou insuficiente a atuação da Defensoria Pública, vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA PENAL. DEFENSOR DATIVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ESTADO. RESPONSABILIDADE. ART. 472 DO CPC. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. 1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a sentença que determina o pagamento de honorários advocatícios ao defensor dativo, nomeado pelo juiz ao réu necessitado, constitui título executivo judicial a ser suportado pelo Estado, quando inexistente ou insuficiente a atuação da Defensoria Pública na respectiva Comarca. 2. Não há falar em violação ao artigo 472 do CPC, porquanto o caso não apresenta hipótese que obriga terceiro estranho à lide. 3. Recurso especial a que se nega provimento (STJ - REsp: 875770 ES 2006/0176528-5, Relator: MIN. CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF, Data de Julgamento: 10/06/2008, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/08/2008)

RECURSO DE AGRAVO. PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM PROCESSO CRIMINAL. DEFENSOR DATIVO. VERBA DEVIDA PELA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO. POSSIBILIDADE. 1. Deve o Estado garantir assistência jurídica aos necessitados ou, em caso de inércia, arcar com a obrigação de custear defensores dativos constituídos pelo juiz ou pela parte economicamente desfavorecida. 2. A inexistência de um quadro de defensores públicos necessários à defesa de pessoas carentes, só demonstra o desrespeito aos preceitos constitucionais, os quais preceituam o dever do Estado na assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, nos termos do artigo 5, inciso LXXIV. 3. Impõe-se ao juiz o dever de nomear um defensor dativo para representar a parte necessitada no processo, garantindo, desta forma, o cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. 4. Recurso de Agravo a que se nega provimento, em deliberação unânime. (TJ-PE - AGV: 126549 PE 0126549401, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 20/10/2009, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 111)

A matéria em questão não é exclusiva da jurisdição cível, inexistindo na legislação processual ou no Estatuto da OAB, qualquer distinção neste sentido. Ao contrário, por ser feito criminal, no qual se fez a atuação do defensor nomeado, este juízo é o competente para deliberar sobre o valor da contraprestação.



129
W

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

De certo, o magistrado deve atender aos critérios do zelo profissional, o lugar da prestação, natureza e importância da causa, além do trabalho realizado e tempo exigido para o serviço.

Logo, os honorários advocatícios devem espelhar a atividade efetivamente desenvolvida pelo advogado e o seu grau de dificuldade, não podendo ser ínfimo a ponto de resultar em aviltamento do exercício da advocacia, nem tampouco, ser estipulado em valores exagerados, o que implicaria em enriquecimento sem causa.

Consulta realizada à tabela de honorários constante em sítio eletrônico da Ordem dos Advogados de Pernambuco, atualizada em 28/11/2011, indica a verba mínima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para o acompanhamento em audiência de instrução e julgamento nos processos criminais sujeitos ao Júri.

Referida planilha é considerada amplamente pelos Tribunais Superiores como parâmetro para determinar a contraprestação devida pelo trabalho prestado, atendendo à literalidade do artigo 22 parágrafo 1º da Lei 8.906/94.

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRA O ESTADO. DEFENSOR DATIVO. FIXAÇÃO COM BASE NA TABELA DA OAB. 1. Segundo entendimento assente nesta Corte, o advogado dativo nomeado na hipótese de não existir Defensoria Pública no local da prestação do serviço, ou de defasagem de pessoal, faz jus aos honorários fixados pelo juiz e pagos pelo Estado, de acordo com os valores da tabela da OAB. Precedentes: AgRg no Ag 924.663/MG, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJe de 24.4.2008; REsp 898.337/MT, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4.3.2009; AgRg no REsp 888.571/RS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 20.2.2008. 2. Recurso especial provido. (STJ - REsp: 1225967 RS 2010/0228421-3, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 07/04/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/04/2011)

PROCESSUAL CIVIL. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS POR SENTENÇA. TABELA DA OAB. ÔNUS DO ESTADO. 1. Segundo a regra contida no art. 22, § 1º, da Lei 8.906/1994, o advogado indicado para patrocinar causa de pessoa juridicamente necessitada, na hipótese de não existir Defensoria Pública no local da prestação do serviço, faz jus aos honorários fixados pelo juiz e pagos pelo Estado, de acordo com os valores da tabela da OAB. 2. Recurso Especial provido. (STJ - REsp: 898337 MT 2006/0229414-4, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 06/03/2008, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/03/2009)

7



130
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

In casu, entendo que o valor de 05 (cinco) salários mínimos por julgamento encontra-se razoavelmente fixado, considerando ainda o fato de ser inferior ao estipulado pela OAB.

Vale salientar que, em sede de embargos à execução, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pela impossibilidade de modificação do *quantum debeatur*, tendo em vista a formação da coisa julgada.

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. DEFENSOR DATIVO. HONORÁRIOS FIXADOS EM SENTENÇA-CRIME. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. "JUS PUNIENDI" DO ESTADO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 472 DO CPC. DECISÃO MANTIDA. 1. O advogado dativo, nomeado por inexistência ou desaparecimento da Defensoria Pública no local da prestação do serviço, faz jus aos honorários fixados pelo juiz, a serem pagos pelo Estado, segundo os valores fixados na tabela da OAB. 2. Transitada em julgado, a sentença proferida em processo-crime que fixa honorários advocatícios em favor de defensor dativo constitui título executivo líquido, certo e exigível, na forma dos arts. 24 do Estatuto da Advocacia e 585, V, do CPC. 3. Na ação penal, sendo o Estado detentor do poder-dever de punir (*jus puniendi*), bem como responsável por garantir os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório ao réu, não há falar em ofensa ao art. 472 do CPC. 4. Em obediência à coisa julgada, é inviável revisar, em embargos à execução, o valor da verba honorária fixada em sentença com trânsito em julgado. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 1370209 ES 2013/0049742-1, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 06/06/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/06/2013)

Logo, assiste direito à exequente ao pagamento dos honorários advocatícios na forma como determinado.

Pelas razões expostas, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Agravo, mantendo todos os termos apreciados na decisão terminativa ora vergastada.

É como voto.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto